

# Governo gaúcho estuda o pagamento da dívida

por Milton Wells  
de Porto Alegre

Pressionado por uma dívida global de CZ\$ 18 bilhões — escalonada até o ano 2013 —, o governo gaúcho será obrigado a pagar, em 1986, apenas na rubrica relativa ao serviço da dívida, o montante de CZ\$ 7,1 bilhões. Este é o ponto nevrálgico do orçamento estadual, cujas receitas em Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) estão totalmente comprometidas com a folha de pagamento do funcionalismo estadual. Ao deflacionar em 37,5% o orçamento, votado no final de dezembro de 1985, pelo Legislativo estadual, o estado defrontou-se com um impasse. Em ICM bruto, sem considerar os 20% que são repassados aos municípios, o Tesouro deverá arrecadar cerca de CZ\$ 12,9 bilhões. Sua despesa com pessoal, em contrapartida, deverá atingir um volume de CZ\$ 12,4 bilhões. Diante desta realidade, qualquer pressão do qua-

dro de servidores na busca de melhores salários poderá compelir o governo a suspender seus pagamentos mensais relativos ao serviço da dívida, admite o secretário da Fazenda (RS), José Hipólito Campos. No último mês de março, o governador Jair Soares concedeu 32,6% de aumento ao funcionalismo por causa de convênios anteriormente assinados. "Se formos forçados a conceder novos reajustes salariais, a situação de caixa tende a se agravar".

Com um orçamento de CZ\$ 26,1 bilhões, o governo gaúcho deverá arcar com um déficit de CZ\$ 10,6 bilhões, que deve ser coberto com operações de crédito de antecipação de receitas. Por isso, começam a preocupaçã as altas taxas reais de juros internos cobrados pelas instituições financeiras, o que pode ocasionar novo transtorno às finanças gaúchas, afirma o secretário.

Na tentativa de alterar o perfil da dívida, cujo prin-

cipal concentra-se nos anos de 1986 e 1987, o governador Jair Soares está intensificando uma mobilização política perante o governo federal para que o estado obtenha a liberação de um contrato externo de US\$ 400 milhões. Com estes recursos, os débitos de curto prazo seriam rolados, possibilitando ao orçamento um ponto de equilíbrio.

O plano de estabilização da economia, para o secretário, poderá ser a salvaguarda das finanças gaúchas. Caso haja um engajamento das atividades produtivas, a consciência será um crescimento real de receitas. Mas será "um presente de grego", raciocina Campos, se não houver empenho e confiança do empresariado no governo federal. Os resultados alcançados no primeiro trimestre de 1986, por sinal, permitem uma projeção otimista. Foram arrecadados CZ\$ 3,1 bilhões de ICM, representando um crescimento real de 17,6% sobre igual período anterior.